



PROGRAMA DE ENSINO

DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL E COMPARADO

Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Profissional

Aspectos Tributário na Reestruturação de Negócios

Professora Dra. Ana Claudia Akie Utumi

Professor Dr. Gustavo Gonçalves Vettori

Professora Dra. Isabel Garcia Calich da Fonseca

2024.2

EMENTA

A disciplina tem o objetivo de discutir o planejamento tributário internacional em um contexto caracterizado pela transparência e troca de informações e pelas preocupações relacionadas ao combate à erosão das bases imponíveis e da transferência artificial de resultados (BEPS).

Além de oferecer uma visão sobre os principais temas discutidos internacionalmente sobre planejamento tributário internacional e troca de informações, a disciplina abordará problemas concretos relacionados a estruturas societárias, tendo por objetivo:

- (i) Proporcionar uma visão estratégica sobre os pontos considerados relevantes por grupos multinacionais ao estruturar os seus negócios internacionais.
- (ii) Desenvolver habilidades para a proposição de soluções jurídicas para problemas concretos relacionados à tributação de operações societárias internacionais, avaliando-se riscos e benefícios de tais soluções.
- (iii) Discutir os pontos sensíveis à tributação de negócios internacionais, analisando o arcabouço de regras tributárias a eles aplicáveis e os seus fundamentos.
- (iv) Desenvolver uma visão crítica das regras vigentes e das propostas pós-BEPS, à luz das operações analisadas e dos objetivos de política fiscal em questão.

METODOLOGIA

Para cada aula, existe um tema a ser estudado, compreendido a partir da sua respectiva ementa, da bibliografia obrigatória, bem como da bibliografia complementar. A preparação para cada aula incluirá, no mínimo, a leitura da bibliografia obrigatória.

Exceto pela primeira aula, todas as aulas poderão ter a metodologia expositiva, ocasião em que será exposta a matéria por parte dos professores e suscitado o debate com os alunos e a metodologia de atividades práticas as quais serão definidas especificamente para cada aula em questão. Tais atividades poderão envolver, por exemplo, a resolução e discussão de casos elaborados pelos professores, a simulação de negociação de convenção internacional, o julgamento envolvendo casos fictícios, a discussão de decisões de cortes nacionais ou estrangeiras, entre outras atividades a serem propostas.

Algumas das aulas, que serão designadas com antecedência na primeira aula do curso, envolverão a análise de uma série de casos elaborados pelos professores com o objetivo de estimular os alunos, a partir de problemas concretos, a:



- identificar as estratégias empresariais envolvidas;
- aplicar as regras tributárias cabíveis e identificar as possíveis discussões de interpretação e integração de tais regras no ordenamento brasileiro;
- discutir os objetivos normativos (policy) que amparam as referidas regras, construindo análise crítica, quando aplicável; e
- avaliar riscos e benefícios de diferentes soluções jurídicas para um problema prático.

A análise dos casos sempre deverá ser feita à luz da bibliografia indicada, que é composta por textos doutrinários, casos já julgados em nossa jurisprudência e regras relevantes que integram a legislação tributária. Além da bibliografia indicada, incentivamos os alunos a buscarem regras tributárias relevantes aplicáveis, bem como posições das autoridades fiscais, julgados relevantes e literatura pertinente sobre os temas propostos que não conste da bibliografia.

Nas aulas em que tal método for adotado, cada aluno deverá enviar uma esquematização dos fatos e uma proposta de solução jurídica para um dos casos indicados (dependendo do número de alunos na turma, cada caso será analisado por dois ou mais alunos), apresentando os conceitos e regras que julgarem relevantes para a sua solução, devidamente embasada. Este material deverá ser enviado pelos alunos aos professores até às 12:00 do dia anterior à aula. Apesar de cada aluno ter de entregar apenas o material referente ao caso que lhe foi designado, todos os alunos da turma deverão analisar e buscar soluções para todos os casos indicados para a aula.

Na aula, os professores conduzirão a exposição da matéria com base nos casos e chamarão, para participar da apresentação dos fatos do caso e das propostas de suas soluções jurídicas, os alunos para os quais o caso foi designado. Além disso, chamarão os demais alunos para intervir, fazer contrapontos e debater as referidas propostas de solução. As intervenções deverão ser devidamente fundamentadas e fruto de análise dos casos, da legislação, jurisprudência e dos textos indicados na bibliografia.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados da seguinte maneira:

- (i) 40% da nota final: participação em sala de aula incluindo a apresentação dos casos dos quais são responsáveis;
- (ii) 60% da nota final: artigo a ser apresentado no final do curso, que será apresentado individualmente por aluno na forma de artigo científico que poderá: (i) abordar um dos temas da disciplina, a ser delimitado livremente pelo aluno (desde que se enquadre no programa da disciplina e a delimitação feita seja adequada para um artigo científico), adotando metodologia científica condizente com a pergunta de pesquisa e delimitação do tema propostos no artigo; ou (ii) abordar um dos casos propostos na disciplina, valendo-se de metodologia indutiva para problematização de um tema a partir do caso modelo, realizando-se análise qualitativa a partir de tal caso e problematizando-se as soluções jurídicas à luz deste caso. O texto deverá seguir as especificações de artigos submetidos à Revista Direito Tributário Internacional Atual, do IBDT e deverá ser enviado até às 23h59 do dia 19 de dezembro de 2024 para ana.utumi@utumilaw.com / vettori@vrflaw.com.br / belcalich@gmail.com. O e-mail deve conter o seguinte assunto: "Trabalho final mestrado IBDT"

A média mínima para aprovação será 7,00, sendo composta pelas duas notas mencionadas, com os respectivos pesos indicados. O aluno que não atingir a média mínima exigida será considerado reprovado. Não haverá avaliações suplementares ou de recuperação.



AULA 1	TEMA DA AULA: Apresentação do curso. Perspectiva geral do planejamento tributário internacional e da troca de informações no pós-BEPS.	10.08.2024
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none">Exposição do plano da disciplinaDetalhamento da metodologia de aula e da avaliação individual do(a) aluno(a)Introdução ao tema do planejamento tributário internacional, e troca de informações no pós-BEPSBases conceituais do planejamento tributário internacionalExposição do desafio proposto pelo BEPSIntrodução à troca de informações para fins fiscais	
Metodologia	Metodologia: aula expositiva.	
Professores Responsáveis	Ana Cláudia Akie Utumi/ Gustavo Vettori / Isabel Calich	
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none">OECD. Harmful Tax Competition: an Emerging Global Issue. Paris: OECD Publishing, 1998.OECD. Addressing Base Erosion and Profit Shifting. Paris: OECD Publishing, 2013.OECD. Action Plan on Base Erosion and Profit Shifting. Paris: OECD Publishing, 2013.OECD. Background Brief: Inclusive Framework on BEPS. January 2017(https://www.oecd.org/tax/beps/background-brief-inclusive-framework-for-beps-implementation.pdf)BRAUNER, Yariv. What the BEPS? In: Florida Tax Review, v. 16, n. 2. Gainesville: Florida University, 2014.SCHOUERI, Luís Eduardo. O projeto BEPS: ainda uma estratégia militar. In: A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS: Soluções Globais e Peculiaridades de países em desenvolvimento, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 31-56.CHRISTIANS, Allison. BEPS and the Power to Tax. In: CHRISTIANS, Allison; ROCHA, Sérgio André (Ed.). Tax Sovereignty in the BEPS Era. Netherlands: Wolters Kluwer, 2017.	
Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none">ROSENBLOOM, David H.; NOKED, Noam; HELAL, Mohamed S. The Unruly World of Tax: A proposal for an International Tax Cooperation Forum, In: Florida Tax Review, v. 15, n. 02, 2014.AVI-YONAH, Reuven S. The OECD Harmful Tax Competition Report: A retrospective after a decade. In: Brooklyn Journal of International Law, n. 34, 2009.	



	<ul style="list-style-type: none">FAULHABER, Lilian. The Trouble with Tax Competition: From Practice to Theory. Tax law Review, 71, 2018.
--	---

AULA 2	TEMA DA AULA: A Transparência Fiscal e a Troca de Informações no Projeto BEPS e suas Repercussões para o Planejamento Tributário Internacional. A dificuldade do Equacionamento dos Interesses dos Contribuintes com os Interesses Fiscais Contribuintes.	24.08.2024
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none">O fim da era do sigilo bancário: a transparência e a troca de informações para fins fiscaisAs modalidades da troca de informações: a pedido, automática e espontâneaO FATCA: catalisador da troca de informações para fins fiscaisOs instrumentos da transparência e da troca de informações para fins fiscaisO Fórum Global e o peer reviewDiscussão acerca dos action plans 05 (harmful tax competition), 12 (mandatory disclosure rules) e 13 (CbC Report)CbC Report e a sua implementação pelo BrasilAs tentativas de aplicação de mandatory disclosure rules no BrasilOs direitos dos contribuintes: da participação na troca de informações à proteção dos dadosA proteção aos direitos dos contribuintes e o Direito BrasileiroAtividade prática: Elaboração de auto de infração com base em informações obtidas a partir de troca internacional de informações	
Metodologia	Metodologia: aula expositiva (1ª parte) e atividade prática (2ª parte)	
Professores Responsáveis	Ana Cláudia Akie Utumi	
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none">PEREIRA, Roberto Codorniz Leite. Cooperação Fiscal Internacional e Troca de Informações. São Paulo: IBDT, 2020, p. 245-408 (Cap. 3).VALDERRAMA, Irma Mosquera et all. Tools used by countries to counteract aggressive tax planning in light of transparency. In: Intertax, v. 46, issue 2. Netherlands: Kluwer Law International, 2018.	



- TELLO, Caroll. FATCA: Catalyst for Global Cooperation in Exchange of Tax Information. Bulletin for International Taxation. Amsterdam: IBFD, 2014.
- BROWN, Patricia. Some Recent Questions Regarding the Balance Between Our Tax Obligations to Society and Individual Rights. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; NETO, Luís Flávio; SILVEIRA, Rodrigo Maito da. (Coord.) Anais do 8º Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional: novos paradigmas da tributação internacional e a COVID-19. 16, 17 e 18 de setembro de 2020 em São Paulo, SP. São Paulo: IBDT, 2020;
- DEBELVA, Filip; MOSQUERA, Irma. Privacy and Confidentiality in Exchange of Information Procedures: Some Uncertainties, Many Issues, But Few Solutions. In: Intertax, v. 45, issue 5, 2017, p. 362-381.
- LEÃO, Marta Toríbio. O Supremo Tribunal Federal e a (in)coerência interpretativa: o caso da quebra de sigilo bancário. DIREITO TRIBUTÁRIO ATUAL, v. 42, p. 336-348, 2019.
- KOKOTT, Juliane; PISTONE, Pasquale; MILLER, Robin. Direito Internacional Público e Direito Tributário. Projeto da International Law Association sobre Direito Tributário Internacional - Fase 1: Direitos dos Contribuintes. In: Revista de Direito Tributário Internacional Atual, n. 8. São Paulo: IBDT, 2021.
- OECD. Countering Harmful Tax Practices More Effectively, Taking into Account Transparency and Substance, Action 5 - 2015 Final Report, OECD/G20 Base Erosion and Profit Shifting Project. Paris: OECD Publishing, 2015.
- OECD. Mandatory Disclosure Rules, Action 12 - 2015 Final Report, OECD/G20 Base Erosion and Profit Shifting Project. Paris: OECD Publishing, 2015.
- OECD. Transfer Pricing Documentation and Country-by-Country Reporting, Action 13 - 2015 Final Report, OECD/G20 Base Erosion and Profit Shifting Project. Paris: OECD Publishing, 2015.
- BAKER, Philip. 'The BEPS Project: Disclosure of Aggressive Tax Planning Schemes'. Intertax, v. 43, n. 1. Alphen aan Den Rijn: Kluwer Law International, 2015, pp. 85-90.
- HANLON, Michelle. Country-by-Country Reporting and the International Allocation of Taxing Rights. In: Bulletin for International Taxation. Amsterdam: IBFD, 2018 (may/june), p. 209-217.
- EVERS, Maria T.; MEIER, Ina; SPENGLER, Christoph. 'Transparency in Financial Reporting: is Country-by-Country

	<p>Reporting Suitable to Combat International Profit Shifting?'. Bulletin for International Taxation, v. 68, n. 6/7. Amsterdam: IBFD, junho/julho de 2014, pp. 295-303.</p> <ul style="list-style-type: none"> • UTUMI, Ana Cláudia. 'Brazil and BEPS Action 12'. Kluwer International Tax Blog, agosto de 2015.
Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none"> • SCHOUERI, Luís Eduardo; BARBOSA, Matheus Calicchio. Da antítese do sigilo à simplificação do sistema tributário: os desafios da transparência fiscal internacional. In: SANTI, Eurico Marcos Diniz de et al (coord.). In: Transparência Fiscal e Desenvolvimento: Homenagem ao Professor Isaias Coelho. São Paulo: Fiscosoft, 2013. • PEREIRA, Roberto Codorniz Leite. Cooperação Fiscal Internacional e Troca de Informações. São Paulo: IBDT, 2020, p. 409-479 (Cap. 04). • RUIZ, María Amparo Grau. 'Country-by-Country Reporting: the Primary Concerns Raised by a Dynamic Approach'. Bulletin for International Taxation, v. 68, n. 10. Amsterdam: IBFD, outubro de 2014, pp. 557-566. • ANDRADE, Leonardo Aguirra de. Acordo de Planejamento Tributário. São Paulo: Quartier Latin, 2020. • BORGES, Alexandre Siciliano; TAKANO, Caio Augusto. The improper use of Country-by-Country Reports: Some concerns on the Brazilian approach to BEPS Action 13. In: Intertax. Netherlands: Kluwer Law International, v. 45, 2017, p. 841-851. • FONSECA, Fernando Daniel de Moura; OLIVEIRA, Júlia Furst Nóbrega de. O Plano de Ação nº 12 do BEPS e seus Reflexos na Política Fiscal Brasileira. In: A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS: Soluções Globais e Peculiaridades de países em desenvolvimento (SCHOUERI, Luis Eduardo; GOMES, Marcos Lívio), 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 483-512.

AULA 3	TEMA DA AULA: O Planejamento Tributário Internacional por Meio de Acordos de Bitributação (Treaty Shopping) na era PÓS-BEPS. Estruturas de Planejamento por meio de Acordos e a sua Limitação. LOB, PPT e outras Regras Adotadas em Recentes Acordos Brasileiros. MLI e Posição do Brasil.	21.09.2024
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none"> • Uso dos tratados para redução da carga tributária: dupla não-tributação; redução de alíquotas; aproveitamento de créditos 	



	<ul style="list-style-type: none">• Uso indevido dos tratados – treaty shopping• Medidas recomendadas pelo BEPS 6 para eliminação do uso indevido ou abusivo dos tratados contra a dupla tributação• BEPS 15 e Acordo Multilateral para interpretação de tratados para evitar a dupla tributação (“MLI”)• Posição brasileira no tocante ao tema <p>Atividade prática: discussão de casos (Caso Azadi Bachao Andolan vs. The Coolest Case)</p>
Metodologia	Metodologia: aula expositiva (1ª parte) e atividade prática (2ª parte)
Professores Responsáveis	Ana Cláudia Akie Utumi
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none">• OECD. Preventing the Granting of Treaty Benefits in Inappropriate Circumstances, Action 6 - 2015 Final Report, OECD/G20 Base Erosion and Profit Shifting Project. Paris: OECD Publishing, 2015.• OECD. Developing a Multilateral Instrument to Modify Bilateral Tax Treaties, Action 15 -2015 Final Report, OECD/G20 Base Erosion and Profit Shifting Project. Paris: OECD Publishing, 2015.• BRAUNER, Yariv. ‘What the BEPS?’. Florida Tax Review, v. 16, n. 2. Gainesville: Universidade da Florida, 2014, pp. 91-94.• DE BROE, Luc; LUTS, Joris. ‘BEPS Action 6: Tax Treaty Abuse’. Intertax, v. 43, n. 2. Alphen aan Den Rijn: Kluwer Law International, 2015, pp. 122-146.• LANG, Michael. ‘BEPS Action 6: Introducing an Antiabuse Rule in Tax Treaties’. Tax Notes International, v. 74, n. 7. Washington DC: Tax Analysts, maio de 2014, pp. 655- 664.• BRAUNER, Yariv. McBEPS: The MLI - The First Multilateral Instrument Tax Treaty that Has Never Been. In: Intertax, v. 46, Issue 1. Netherlands: Kluwer Law International, 2018.• ANTÓN, Ricardo García. Untangling the Role of Reservations in the OECD Multilateral Instrument: The OECD Legal Hybrids. In: Bulletin for International Taxation. Amsterdam: IBFD, 2017 (October).• PEREIRA, Roberto Codorniz Leite; NETO, Luis Flávio. Brasil: a Reação ao 'Abuso' no Âmbito dos Acordos de Bitributação em um País sem GAAR que Adota 'Principal Purpose Test Clauses'. In: VIII Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional, 2020, São Paulo. Novos Paradigmas da Tributação Internacional e a COVID-19. São Paulo: IBDT, 2020. p. 272-283.• ADI 2446 (ver o voto da Ministra Carmen Lúcia)



Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none">• KOK, Reinout. The Principal Purpose Test in Tax Treaties under BEPS 6. In: Intertax, v. 44, Issue 5. Netherlands: Kluwer Law International, 2016, p. 406-412.• SCHOUERI, Luís Eduardo; GALDINO, Guilherme. Action 2 and the Multilateral Instrument: Is the Reservation Power Putting Coordination at Stake? In: Intertax, v. 46, Issue 2, 2018.• KARADKAR, Radhika. Action 6 of the OECD/G20 BEPS Initiative: The Effect on Holding Companies. In: Bulletin for International Taxation, v. 71, n. 3/4. Netherlands: IBFD, 2017.
-----------------------------	--

AULA 4	TEMA DA AULA: Operações Societárias Internacionais. Reconhecimento e Realização do Ganho e a sua Relevância para Operações Societárias. Regras de não Reconhecimento: Razão de sua existência e a sua Aplicação em Operações Internacionais. Preços de Transferência em Reestruturações Societárias de Transferência em Restruturação de Negócios.	05.10.2024
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none">• Conceito de reorganizações societárias e principais formas vistas na prática empresarial• Principais aspectos relevantes de regras tributárias lidando com reorganizações societárias• Realização e reconhecimento do ganho de capital: diferenciação e objetivos de regras de não reconhecimento• Realização e reconhecimento de ganho de capital em operações cross border• Panorama das regras brasileiras sobre não reconhecimento do ganho em operações societárias• Preços de transferência em operações societárias cross border: panorama internacional e panorama brasileiro pré e pós Lei 14.596/23• Interceção entre regras de não reconhecimento e regras de Preços de Transferência?	
Metodologia	Exposição teórica e discussão de casos	
Professores Responsáveis	Gustavo Gonçalves Vettori e Isabel Garcia Calich da Fonseca	
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none">• COSTA, Celso. O Conceito de Valor Justo na Contabilidade e seus Reflexos na Apuração do Lucro Real. In: Controvérsias Jurídico Contábeis (Aproximações e Distanciamentos). 5º Volume. Coord.: Roberto Quiroga Mosquera; Alessandro Broedel Lopes. São Paulo: Dialética, 2014.	



	<ul style="list-style-type: none">• OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Reestruturação empresarial – aspectos internacionais – visão geral. Revista de Direito Tributário Atual, São Paulo: Dialética/IBDT, n.30, 2014, p. 302-314.• VANISTENDAEL, Frans. Chapter 20, Taxation of Corporate Reorganizations, in THURONYI, Victor (Ed.). Tax Law Design and Drafting, volume 2. International Monetary Fund, 1998, p. 1-28.• OECD TP Guidelines, Chapter IX.• TOMAZELA, Ramon. Manual dos preços de transferência: a adoção integral do padrão “arm’s length” no sistema tributário brasileiro pela Lei nº 14.596/2023. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2024, Capítulo 11.
Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none">• BAKKER, Anuschka. COTTANI, Giammarco. Transfer Pricing and Business Restructuring: The Choice of Hercules before the Tax Authorities. International Transfer Pricing Journal, Vol. 15, No. 6, 2008.• BRASIL. Receita Federal do Brasil. Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação nº 415, de 08 de setembro de 2017.

AULA 5	TEMA DA AULA: Operações Societárias INBOUND – Transações e Reestruturações de Não Residentes Envolvendo Ativos Localizados no Brasil.	19.10.2024
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none">• Regras de fonte e regime brasileiro para a tributação do ganho de capital do não residente• Regras de não-realização do ganho de capital vs. regras de tributação na fonte do ganho de não-residentes• Transferência de ativos no Brasil por conta de operações societárias no exterior: aplicação de regras de não reconhecimento?• Impacto dos acordos de bitributação: tratamento dos ganhos de capital no modelo da OCDE e nos tratados brasileiros• Variação cambial e ganho de capital de não residente: solução na lei brasileira e impacto de acordos de bitributação• Caracterização de “ativo no Brasil” e possíveis discussões• Operações com ativos no Brasil e no exterior: alocação do preço de venda• Intangíveis e a questão da localização do ativo• Alienação indireta por holding no exterior• Aplicação da lei brasileira para a tributação de ganho de capital de não-residentes:• Apuração da base de cálculo e moeda para cálculo do ganho:	



	<p>impacto da variação cambial</p> <ul style="list-style-type: none">• Apuração do custo de aquisição e a sua comprovação• Alíquotas aplicáveis a não-residentes• Alíquotas aplicáveis a residentes em jurisdições de tributação favorecida e a pessoas em regime fiscal privilegiado: justificativas• Aproveitamento do ágio na aquisição por não-residentes e a utilização de empresas veículo• Conferência e devolução de capital envolvendo não-residentes: principais aspectos tributários envolvidos• Incorporação de ações e ganho de capital apurado por não-residentes
Metodologia	Discussão de casos, aplicando-se método indutivo para, por meio dos casos, discutir os aspectos teóricos, técnicos e normativos relevantes.
Professores Responsáveis	Gustavo Gonçalves Vettori e Isabel Garcia Calich da Fonseca
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none">• BOLAN, Ricardo Ferreira e VIDIGAL, Carolina dos Santos. Tributação do Ganho de Capital auferido por Não-Residente na Alienação de Participação Societária. Revista de Direito Tributário Internacional, São Paulo: Quartier Latin, ano 2, n.06, ago. 2007, p. 101-126.• FONSECA, Isabel Garcia Calich da. Taxation of Capital Gains on Indirect Sales of Shares of Brazilian Companies by Non-Residents: The Allocation of Taxing Rights or Tax Avoidance Schemes? Bulletin for International Taxation, v. 74, n. 6, 2020.• SANTOS, Ramon Tomazela. O ganho de capital auferido por não residentes – a alienação indireta de participação societária e a alienação de American Depositary Receipts – análise do artigo 26 da Lei nº 10.833/2003. Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo: Dialética, n.235, 2015, p. 128-149.• BRASIL. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Caso Santander (ágio e empresa veículo): Ac. 1402-00.802, 4ª Câmara da Primeira Seção de Julgamento do CARF. Ac. 9101-002.814, 1ª Turma da CSRF.• BRASIL. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Caso BTG Pactual (ágio e empresa veículo): Ac. 1301-003.655 e Ac. 1301-004.390, 3ª Câmara da Primeira Seção de Julgamento do CARF.• BRASIL. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Caso B3 (Incorporação de Ações): acórdão nº 9202-006.501, de 26 de fevereiro de 2018.



	<ul style="list-style-type: none">BRASIL. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Caso Santander (Incorporação de Ações): acórdão nº 2402-006.047, de 06 de março de 2018.
Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none">CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes e. Caso Vodafone: ganho de capital de não residente decorrente da alienação indireta de participação societária em sociedade na Índia e reflexões sobre eventual aplicabilidade no Brasil, in CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes e (Coord.), Tributação internacional: análise de casos, volume 3. 1. ed. São Paulo: MP Ed., 2015.HADDAD, Gustavo Lian e LIU, Joana Chia Yin. Ganho de Capital do Não-Residente, in DE SANTI, Eurico Marcos Diniz e ZILVETI, Fernando Aurelio (Coord.). Direito tributário: tributação internacional. São Paulo: Saraiva, 2007.OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Incorporação de ações no direito tributário: conferência de bens, permuta, dação em pagamento e outros negócios jurídicos. São Paulo: Quartier Latin, 2014.SCHOUERI, Luís Eduardo e ANDRADE JÚNIOR, Luiz Carlos de. Incorporação de ações: natureza societária e efeitos tributários. Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo: Dialética, n.200, 2012, p. 44-72.

AULA 6	TEMA DA AULA: Operações Societárias OUTBOND: Estruturas e Reorganizações Societárias de Multinacionais Brasileiras com Investimentos no Exterior. Operações de Inversão. EXIT TAX.	09.11.2024
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none">Tributação universal brasileira para pessoas jurídicas: de sua criação ao cenário atualRegime de tributação de controladas e coligadas no exterior e estruturas societárias<ul style="list-style-type: none">o Renda ativa e passiva: implicações e críticas ao sistema de mínimo adotado pela Lei no. 12.973/14o Renda passiva e perdas passivas no exterioro Renda passiva decorrente de controlada indiretao Coligadas equiparadas a controladas por opçãoo Consolidação de lucros e prejuízoso Crédito, consolidação e suas limitaçõesTributação de controladas no exterior e acordos de bitributação<ul style="list-style-type: none">o Aplicação dos acordos de bitributação à tributação de lucros de controladas no exterioro Acordos com regras de isençãoo Controladas indiretas e acordos de bitributação	





	<ul style="list-style-type: none">o Consolidação e acordos de bitributação• Aquisição de participações societárias no exterior por residentes – possibilidade de amortização de ágio e outros aspectos fiscais envolvidos• Incorporação internacional envolvendo empresa estrangeira e empresa brasileira – possibilidade, regime jurídico societário e aspectos fiscais envolvidos• Operações societárias com controladas e coligadas no exterior e tributação da controladora ou coligada brasileira: gatilhos para tributação de lucros diferidos e aplicabilidade de regras de não reconhecimento• Conceito e precedentes sobre inversões• Formas jurídicas para implementação• Inversões de empresas abertas vs. inversões (flips) de empresas fechadas e startups• Redomicílio de pessoas jurídicas<ul style="list-style-type: none">o Viabilidade e regime jurídico no Brasilo Experiência internacional e exit tax• Ato Declaratório Interpretativo n. 1/16 – impactos, constitucionalidade e legalidade
Metodologia	Discussão de casos, aplicando-se método indutivo para, por meio dos casos, discutir os aspectos teóricos, técnicos e normativos relevantes
Professores Responsáveis	Gustavo Gonçalves Vettori e Isabel Garcia Calich da Fonseca
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none">• BRASIL. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Caso EAGLE II: acórdão CSRF nº 9101-002.589, de 14 de março de 2017.• BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Caso VALE: acórdão REsp nº 1.325.709/RJ, de 22 de outubro de 2013.• SANTOS, Ramon Tomazela. O regime de tributação dos Lucros Auferidos no Exterior na Lei nº 12.973/14. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017• BRASIL. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Caso AmBev (ágio em aquisição internacional): acórdão nº 1201-002.671, de 22 de novembro de 2018.• BRASIL. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Caso Camargo Corrêa (ágio em aquisição internacional): acórdãos nº 9101-003.397, de 05 de fevereiro de 2018, nº 1302-00.834, de 14 de março de 2012, e 1302-001.821, de 05 de abril de 2016.• CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes e MONTEIRO, Alexandre Luiz Moraes do Rêgo. Operações de inversão (inversions) ou redomiciliação fiscal (reparanting) na Economia Digital, in FARIA, Renato Vilela, SILVEIRA, Ricardo



	<p>Maitto da e MONTEIRO, Alexandre Luiz Moraes do Rêgo (Coord.). Tributação da Economia Digital: Desafios no Brasil, experiência internacional e novas perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2018.</p> <ul style="list-style-type: none">• ZORNOZA, Juan. Mudança de residência como forma de planejamento tributário. Revista de Direito Tributário Atual, São Paulo: Dialética, n.30, 2014, p. 24-49.
Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none">• AVI-YONAH, Reuven S. For Haven's Sake: reflections on inversion transactions. Tax Notes 95, no. 12, 2002, p. 1793-9.• CHAND, Vikram. Exit Charges for Migrating Individuals and Companies: Comparative and Tax Treaty Analysis (April 5, 2013). Bulletin for International Taxation, Vol. 67, Nos. 4/5, 2013.

AULA 7	TEMA DA AULA : Estrutura de capital nas organizações e seus impactos tributários.	23.11.2024
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none">• Estruturas de capital das empresas e os seus impactos tributários: teorias sobre estruturas de capital e o papel do fator tributário na escolha entre dívida e equity• Sistemas de integração e tributação de dividendos• Estrutura de capital como meio de reduzir a alíquota efetiva das empresas e seus limites:<ul style="list-style-type: none">o Regras de subcapitalizaçãoo Allowance for corporate equityo Aplicação conjunta das regras• Regras de preços de transferência em operações de dívida<ul style="list-style-type: none">o Delineamento da operação: substância de dívida e equityo Diferenças em relação às regras de subcapitalização e aplicação conjuntao Controle de taxas• Juros sobre o capital próprio pagos a não-residentes<ul style="list-style-type: none">o Função e natureza dos juros sobre o capital próprio: híbrido entre dedução de dividendos e ACEo Tributação na fonteo Alíquotas aplicáveis a residentes em países de tributação favorecidao Aplicação de acordos de bitributação• Utilização de instrumentos híbridos• Financiamento para pagamento de dividendos ou redução de capital a acionista não residente: dedutibilidade das despesas	



Metodologia	Discussão de casos, aplicando-se método indutivo para, por meio dos casos, discutir os aspectos teóricos, técnicos e normativos relevantes
Professores Responsáveis	Ana Cláudia Akie Utumi e Gustavo G. Vettori
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none">• BLESSING, Peter H. The Debt-Equity Conundrum - A Prequel. International Transfer Pricing Journal, Vol. 66, No. 4/5, 2012.• BRASIL. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Caso RENOVIAS: acórdão nº 1301-001.514, de 07 de maio de 2014.• BRASIL. Receita Federal do Brasil. Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação nº 261, de 14 de outubro de 2014.• MALHERBE, Jacques. VETTORI, Gustavo G. Deducting Interest on Equity Capital: Brazilian and Belgian Tax Rules Compared. In: European Tax Studies.• MOSQUERA, Roberto Quiroga e DINIZ, Rodrigo de Madureira Pará. "As regras de subcapitalização no direito brasileiro: questões controversas". In ROCHA, Valdir de Oliveira. Grandes questões atuais do direito tributário. São Paulo: Dialética, 2011. 15. p.392-408.• ROLIM, João Dácio e CAMPOS, Fabrício Costa Resende de. "Juros, preço de transferência e regras de subcapitalização". In SCHOUERI, Luis Eduardo. Tributos e preços de transferência. São Paulo: Dialética, 2013. 4. p.125-143.
Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none">• Ac. 140.913 (Caso Natura: Debêntures com participação em lucro)• Apelação 0007888-82.2010.4.03.6100/SP, TRF3. (Caso Natura: Debêntures com participação em lucro)• CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes e. Tributação dos mútuos domésticos e internacionais entre sociedades relacionadas (Intragroup Loans) - temas atuais e controversos, in CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes e (Coord.). Mercado financeiro & de capitais: regulação e tributação. São Paulo: Quartier Latin, 2015.• CHAND, Vikram. Transfer Pricing Aspects of Cash Pooling Arrangements in Light of the BEPS Action Plan. International Transfer Pricing Journal, Vol. 23, No. 1, 2016.• EYNATTEN, Wim. Regimes de sociedades holdings europeias: estudo comparado. Revista de Direito Tributário Internacional, São Paulo: Quartier Latin, ano 3, n.08, abr. 2008, p. 185-210.• FONSO, José Roberto. LUKIC, Melina Rocha, Tributação da Renda das Pessoas Jurídicas no Brasil os Juros sobre o Capital Próprio. Curitiba: Juruá Editora, 2016. Capítulos 5-6.



	<ul style="list-style-type: none">• MARTINS, Eliseu, Um pouco da história dos juros sobre o capital próprio, Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços, Bol. 49/2004• NEVES, Tiago Cassiano. Estratégia de internacionalização e sociedades holding na Europa: aspectos práticos e comparativos. Revista de Direito Tributário Internacional, São Paulo: Quartier Latin, ano 1, n.02, fev. 2006, p. 281-310.• OLIVEIRA, Phelippe Toledo Pires de Oliveira. A Ação n. 4 do Projeto BEPS e a Possível Introdução de mais um critério de Dedutibilidade de Juros na legislação brasileira. In: A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS. Soluções Globais e Peculiaridades de Países em Desenvolvimento. Volume II. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2016.• SANTOS, Ramon Tomazela. "As regras de subcapitalização introduzidas pela Lei 12249/10". Rev. Dialética de Direito Tributário, São Paulo, jan. 2011, v.184, p.116-127.• SILVA NETO, Paulo Penteadado de Faria e. Dedutibilidade de Juros e outros Pagamentos Financeiros – A Ação n.4 do BEPS sob a Ótica dos Países em desenvolvimento. In: A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS. Soluções Globais e Peculiaridades de Países em Desenvolvimento. Volume II. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2016.
--	---

AULA 8	TEMA DA AULA: Cost Sharing and Cost Contribution Agreement.	07.12.2024
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none">• Contratos internacionais de rateio de despesas – conceito, impactos fiscais no Brasil e no exterior<ul style="list-style-type: none">o Incidência de tributos nas remessas – IRF, CIDE, PIS/Cofins, ISSo Dedutibilidadeo Aplicação das regras de preços de transferência: impactos da Lei 14.596/23• Operações envolvendo transferência de propriedade intelectual e seus impactos tributários<ul style="list-style-type: none">o Exportação de tecnologia<ul style="list-style-type: none">• Preços de transferência: cenários pré e pós Lei 14.596/23• Outros aspectos relevanteso Importação de tecnologia<ul style="list-style-type: none">• Preços de transferência: cenários pré e pós Lei 14.596/23• Tributação na fonte	





	<ul style="list-style-type: none">• Prestação de serviços internacional e sua tributação<ul style="list-style-type: none">o Serviços inter-company e profit shiftingo Regras brasileiras de tributação na fonteo Preços de transferência e limitação de dedutibilidadeo Serviços intra-grupo de baixo valor agregadoo Acordos brasileiros, Modelo OCDE e o art. 12-A do modelo da ONU
Metodologia	Discussão de casos, aplicando-se método indutivo para, por meio dos casos, discutir os aspectos teóricos, técnicos e normativos relevantes
Professores Responsáveis	Gustavo Gonçalves Vettori, Isabel Garcia Calich da Fonseca e Ana Claudia Akie Utumi
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none">• BRASIL. Receita Federal do Brasil. Soluções de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação nº 8, de 8 de novembro de 2012, nº 43, de 18 de março de 2015, nº 50, de 11 de maio de 2016, e nº 528, de 26 de dezembro de 2017.• CASTRO, L. Freitas de Moraes e. The Brazilian Tax Implications of Cross-Border Remittances Arising from International Cost-Sharing Arrangements. Bulletin for International Taxation, Vol. 69, No. 8, 2015.• KOURY, Paulo Arthur Cavalcante. Os serviços intragrupo no plano de ação nº 10 e o contexto brasileiro, in GOMES, Marcus Lívio e SCHOUERI, Luís Eduardo (Coord.). A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS: Soluções Globais e Peculiaridades de Países em Desenvolvimento. Vol. II – Substância e Convenção Multilateral. 1.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.• NUNES, Renato. Rateio internacional de custos e despesas - seu regime jurídico e aspectos fiscais. Revista de Direito Tributário Internacional. São Paulo: Quartier Latin, v.12, Ano 4, p. 177-214, 2009.• TOMAZELA, Ramon. Manual dos preços de transferência: a adoção integral do padrão “arm’s length” no sistema tributário brasileiro pela Lei nº 14.596/2023. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2024, Capítulos 9 e 10
Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none">• ARNOLD, Brian J., Note on a new article of the un model convention dealing with the taxation of fees for technical and other services, UN paper E/C.18/2013/CRP.5.• BRASIL. Receita Federal do Brasil. Ato Declaratório Interpretativo da Receita Federal do Brasil nº 7, de 2014. Dispõe sobre a natureza das operações realizadas por empresas contratadas no exterior para disponibilizar infraestrutura para armazenamento e processamento de dados em alta performance para acesso remoto, identificada no jargão do mundo da informática como data center.• BROWN, Patricia A. Chapter 8: Transfers of Intangibles under



- Tax Treaties (Although all the Fun Stuff is in the Transfer Pricing Guidelines) in MAISTO, Guglielmo (Ed.). Taxation of Intellectual Property under Domestic Law, EU Law and Tax Treaties, IBFD 2018.
- MALHERBE, Jacques. Contratos de rateio de despesas e contratos de compartilhamento de custos. Revista de Direito Tributário Atual, São Paulo: Dialética/IBDT, n.31, p. 211-217, 2014.
 - MORENO, Andrés Báez, The Taxation of Technical Services under the United Nations Model Double Taxation Convention: A Rushed – Yet Appropriate – Proposal for (Developing) Countries? World Tax Journal, 2015 (Volume 7), No. 3
 - OECD (2017), Transfer Pricing Guidelines for Multinational Enterprises and Tax Administrations 2017, OECD Publishing, Paris, capítulos VII e VIII.
 - OECD (2017), Transfer Pricing Guidelines for Multinational Enterprises and Tax Administrations 2017, OECD Publishing, Paris, capítulo VI.
 - PANKIV, Marta. Post-BEPS Application of the Arm's Length Principle to Intangibles Structures. International Transfer Pricing Journal, Vol. 23, No. 6, 2016.
 - PINTO, Alexandre Evaristo, Exame crítico da tributação de pagamento de serviços prestados por não residentes pelo imposto de renda na fonte, Revista de Direito Tributário Atual 30, Dialética, 2014
 - SCHOUERI, Luís Eduardo; BARBOSA, Mateus Calicchio, Brazil: Technical services and the application of article 7 under Brazilian treaty practice, in LANG, Michael et. al., Tax Treaty Case Law around the Globe 2013, Linde, 2013.
 - VLASCEANU, Ruxandra. Chapter 8, Intellectual Property Structuring in the Context of the OECD BEPS Action Plan, in COTRUT, Madalina (Ed.). International Tax Structures in the BEPS Era: An Analysis of Anti-Abuse Measures, IBFD Tax Research Series, v.2, 2015.
 - XAVIER, Alberto. Aspectos fiscais de "cost-sharing agreement". Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo: Dialética, n.23, 1997, p. 7-24.
 - XAVIER, Alberto. Da tributação dos rendimentos pagos a titulares de data center residentes no exterior. Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo: Dialética, n.234, 2015, p. 7-14.

PROFESSORES

Professora Dra. Ana Cláudia Akie Utumi Professora do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento do IBDT. Doutora em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da USP. Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP. Sócia do escritório Utumi Advogados. ana.utumi@utumilaw.com





Professor Dr. Gustavo Gonçalves Vettori Professor do Mestrado Profissional em Direito Tributário e Desenvolvimento do IBDT. Professor de Direito Tributário da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEAUSP). Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da USP. Advogado. Contatos: vettori@vrflaw.com.br

Professora Dra. Isabel Garcia Calich da Fonseca Professora Colaboradora do Mestrado Profissional em Direito Tributário e Desenvolvimento do IBDT. LL.M (Master of Laws) e PhD (Doctor of Philosophy), em direito tributário pela London School of Economics and Political Science (LSE). Membro da International Fiscal Association (IFA) e do STEP. Sócia na área de Direito Tributário do escritório Huck, Otranto, Camarg Advogados. Contatos: belcalich@gmail.com

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Secretaria Acadêmica do IBDT

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900

Horário de Atendimento: 9h às 18hs Telefone: (11) 3105-8206, ramais 1110/1111

secretaria@ibdt.org.br

Biblioteca do IBDT

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900

Horário de Atendimento: 9h às 18hs Telefone: (11) 3105-8206 r. 1104 e 1105

E-mail: biblioteca@ibdt.org.br e biblioteca2@ibdt.org.br

CORPO DIRETIVO

Ricardo Mariz de Oliveira
Presidente do IBDT

Prof. Dr. Luís Eduardo Schoueri
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof. Dr. Luís Flávio Neto
Coordenador Acadêmico

Prof. Dra. Isabel Garcia Calich da Fonseca
Prof. Dr. Roberto Codorniz Leite Pereira
Coordenadores Assistentes

